

56 conclusão do processo de avaliação psicológica” e ainda “torna-se imperativo a recusa, sob
57 toda e qualquer condição, do uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e da experiência
58 profissional da Psicologia na sustentação de modelos institucionais e ideológicos de
59 perpetuação da segregação aos diferentes modos de subjetivação. Sempre que o trabalho
60 exigir, sugere-se uma intervenção sobre a própria demanda e a construção de um projeto de
61 trabalho que aponte para a reformulação dos condicionantes que provoquem o sofrimento
62 psíquico, a violação dos direitos humanos e a manutenção das estruturas de poder que
63 sustentam condições de dominação e segregação”. A técnica levantou que diversas outras
64 resoluções direcionavam para este sentido de inserção de questões de direitos humanos e não
65 apenas a avaliação e fiscalização, entre elas: RES CFP 01/1999 que estabelece normas de
66 atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual; RES CFP 18/2002 que
67 estabelece normas de atuação para psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial;
68 RES CFP 10/2010 que institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e
69 Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção; RES CFP 12/2011
70 que regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional e revoga a RES
71 CFP 09/2010 e por último a RES CFP 05/2012 que altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que
72 define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.
73 (requisitos éticos e direitos humanos). Com relação às demandas recebidas pela COF/ETEC a
74 técnica Liziane informou que recebem solicitação de avaliações e laudos para legitimar práticas
75 que culpabilizam o indivíduo em detrimento dos determinantes sociais e que por vezes
76 provocam exclusão, discriminação; solicitação de verificação se criança deve ou não estudar
77 em escola especial; análise para encontrar criança e casal adequados em situação de adoção;
78 avaliação de progressão na pena e punição de presos e avaliação Psicológica para obtenção
79 de CNH. A técnica avaliou que existe uma tensão entre indivíduo x contexto social,
80 cientificidade x direitos humanos e avaliação psicológica x políticas públicas e que isto será
81 objeto de discussão na APAF de Maio que criou o GT de Avaliação Psicológica e Direitos
82 Humanos que substituirá o GT da Escala Hare e percebeu que está havendo uma evolução na
83 profissão, e também no Sistema Conselhos e na Regulamentação. 2) Reestruturação da
84 Política de Orientação e Fiscalização: A técnica de orientação e fiscalização Carolina
85 contextualizou a discussão da Reestruturação da Política de Orientação e Fiscalização que foi
86 proposta na APAF de dezembro de 2011 e sugerido metodologia de debates regionais e
87 nacional, circunscritos aos gestores do Sistema Conselhos em diálogo constante com equipe
88 técnica, e posterior apresentação e consulta pública à categoria, retornando para APAF de
89 dezembro 2012 para deliberação. Com relação ao texto apresentado na APAF a técnica
90 ressaltou: A) A lógica do Estado Democrático de Direito: reorientar as instâncias de controle e
91 fiscalização sob o poder do Estado; B) Os conselhos profissionais têm essa função de
92 regulação da relação entre direito individual, coletivo e a eficiente prestação dos serviços em
93 consonância com disciplina de classe e com a ética profissional; C) Defesa dos Direitos
94 Humanos e da Cidadania; D) Avanço do campo de atuação nas Políticas Públicas; E) Mudança
95 das condições de trabalho – atravessamentos institucionais; F) Hiato no que diz respeito às
96 orientações e fiscalizações. Sobre a Vigilância em saúde definida como a vigilância sobre a
97 prestação de serviços de interesse à saúde e o poder de polícia que significa o poder-dever
98 irrenunciável ao interesse público a técnica Carolina listou os principais eixos de ação para o
99 aperfeiçoamento do exercício do Poder de Polícia pelo Sistema Conselhos de Psicologia que
100 são: Revisões normativas; capacitação dos agentes e a proceduralização e articulação das
101 parcerias com outros órgãos. A técnica Carolina levantou questionamentos que estão sendo
102 propostos sobre a política de orientação e fiscalização no Sistema Conselhos como quais
103 seriam os reais entraves para o avanço das ações de orientação e fiscalização e qual o lugar
104 ocupado pela orientação e fiscalização nos 40 anos do Sistema Conselhos? E sugeriu que a
105 normatização para o trabalho contemplaria as questões levantadas – direitos humanos,
106 responsabilidade social, intervenções institucionais, políticas públicas. 3) Psicoterapia como
107 prática exclusiva do psicólogo: O técnico de orientação e fiscalização Jaider informou que 2009
108 foi o ano da Psicoterapia pelo Sistema Conselho e foram feitas várias propostas, mas nenhuma
109 foi implementada e fez um breve histórico do contexto da discussão pelo Sistema Conselho. O
110 técnico informou que após um ano de discussão foram feitas propostas em cada eixo de

111 discussão. Com relação ao Eixo 1 - A constituição das psicoterapias como campo
112 interdisciplinar as propostas foram as seguintes: **A) Discussão sobre a exclusividade dos**
113 **psicólogos na prática da psicoterapia:** 1) Discutir os limites das reivindicações de
114 exclusividade de psicólogos na prática da psicoterapia; 2) Ampliar a discussão com a categoria
115 sobre exclusividade ou não de psicólogos na prática da psicoterapia; **B) Definição de**
116 **Psicoterapia:** 1) Discutir os critérios de cientificidade da psicoterapia, aprofundando as
117 discussões na epistemologia da Psicologia; 2) Definir a psicoterapia como um conjunto de
118 métodos e técnicas científicas que compõem uma prática. **C) Psicoterapia como Prática**
119 **Social: Transformadora e Curativa?** 1) Considerar a psicoterapia como prática clínica de
120 cunho social. **D) Diferenciação entre Psicoterapia e outras Práticas Psicológicas:** 1)
121 Discutir e divulgar a diferenciação entre os diversos modos de atenção psicológica e a
122 psicoterapia. **E) Divulgação:** 1) Ampliar, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, a divulgação
123 para a sociedade sobre a prática psicoterápica no campo da Psicologia, por meio de
124 organização de fórum de discussão permanente, ocupando espaços na mídia; incentivando a
125 categoria a participar dos espaços de controle social em âmbitos nacional, estadual e
126 municipal, garantindo a discussão constante do lugar do psicólogo no campo das psicoterapias;
127 2) Cuidar da clarificação e construção adequada da representação social da Psicologia e da
128 psicoterapia para a sociedade por meio de campanhas publicitárias e pesquisas; 3) Realizar
129 debates amplos sobre a Resolução 10/00; 4) Que sejam realizadas campanhas na mídia e
130 outros meios de comunicação, esclarecendo o objetivo da psicoterapia, minimizando os
131 preconceitos em relação à prática, tornando mais acessível o serviço à população. **F)**
132 **Reconhecimento de Práticas:** 1) Discutir a realização do mapeamento das práticas
133 psicoterápicas dos psicólogos e divulgar as práticas reconhecidas; 2) Fomentar debates sobre
134 práticas e teorias emergentes; 3) Explicitar critérios para reconhecimento das abordagens
135 psicoterápicas. **G) Espaço Permanente de Discussão:** 1) Criar um espaço permanente de
136 discussão a respeito das psicoterapias, no Sistema Conselhos, mantendo a autonomia dos
137 Conselhos Regionais. **H) Dispositivo de Referências para Psicoterapia:** 1. Discutir a criação
138 de um dispositivo de referências em psicoterapia que possibilite a consulta pela população. **I)**
139 **Psicoterapia e Políticas Públicas:** 1) Propor que o Centro de Referência Técnica em
140 Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) pautar a construção de referências para a prática de
141 psicoterapias na saúde pública; 2) Que o Sistema Conselhos enfatize junto aos gestores a
142 importância de condições físicas e materiais que possibilitem a adequação do atendimento
143 psicoterápico e seu sigilo (condições ambientais adequadas ao setting terapêutico),
144 considerando os diversos contextos em que estes atendimentos devem ocorrer. **J) Pesquisa:**
145 1) Incentivar e promover pesquisas e publicações científicas no campo das psicoterapias; 2)
146 Promover maior aproximação da academia com a prática profissional; 3) Incentivar a pesquisa
147 e a iniciação científica, inclusive no campo da psicoterapia, para desenvolver o olhar de
148 psicólogo e pesquisador. 4) Fomentar pesquisa para estabelecimento de proporção de
149 psicólogos por habitantes, a fim de subsidiar políticas públicas nas diferentes áreas, atendendo
150 assim as diversas demandas sociais. **K) Atestados Psicológicos:** 1. Que o Sistema
151 Conselhos de Psicologia atue junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (Saúde do
152 Trabalhador) exigindo o reconhecimento da legitimidade da emissão de atestados por parte dos
153 psicólogos, legitimando a resolução CFP 015/96. **L) Clínica Ampliada:** 1) Aprofundar o
154 conceito de clínica ampliada, bem como de seu potencial psicoterápico; 2) Que o Sistema
155 Conselhos de Psicologia mantenha representantes nos espaços de controle social para
156 reflexão permanente sobre o papel do psicólogo nos diversos campos de atuação; 3) Refletir
157 sobre a prática da psicoterapia quanto ao trabalho em hospitais, saúde pública e coletiva,
158 formalizando regras de conduta legítimas e ações integradas (compartilhamento de prontuários,
159 integração de equipes e apropriação ou não de técnicas em áreas afins, etc.); 4) Propor que o
160 Sistema Conselhos de Psicologia dialogue com os gestores para dar condições de atendimento
161 à população, por parte dos profissionais de Psicologia, em suas diversidades sócio-culturais
162 (pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoas com deficiências) e étnico-raciais
163 (negros, indígenas, ciganos e outros); 5) Afirmer o lugar da psicoterapia como um entre os
164 vários dispositivos que se colocam a serviço da população (tanto na rede pública quanto na
165 rede privada). Sobre o Eixo 2 - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na

166 graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.
167 Parâmetros: referências e/ou regulação o técnico Jaider ressaltou que a discussão foi sobre a
168 Residência em Psicoterapia e a questão da formação. Em relação ao Eixo 3 foram
169 apresentadas em 2009 as seguintes propostas: **A) Parcerias Fórum de Discussão:** 1) Criação
170 de um fórum de discussão permanente de orientação ético-profissional entre as diversas
171 entidades, possibilitando a relação entre elas; 2) Manter a discussão sobre o tema por, pelo
172 menos, mais 1 (um) ano dentro da categoria, antes de abrir o diálogo com outros atores que
173 representem as esferas profissionais que atuam no campo. **B) Questões para o Sistema**
174 **Conselhos:** 1) Após a discussão com a categoria, promover o diálogo entre os profissionais de
175 Psicologia e os demais profissionais do campo da psicoterapia em relação à formação e ao
176 exercício da mesma; 2) Que o Sistema Conselhos não delegue a outras instituições a tarefa de
177 responder as questões referentes à regulação/regulamentação do exercício da prática
178 psicoterápica do psicólogo; 3) Fomentar ações de mapeamento e diálogo com os profissionais
179 da psicoterapia em cada Regional; 4) Criar estratégias, em parceria com o Fórum Permanente
180 de Discussão com entidades de Psicoterapia e outros conselhos reguladores de classe, para
181 esclarecer a população sobre o que é psicoterapia, seus limites e abrangência. **C) Outros:** 1)
182 Indicativo para o VII CNP de revisão da tabela de honorários (Atividades e Honorários). O
183 Conselheiro Jacques perguntou se de 2009 para cá se houve alterações. O técnico Jaider
184 informou que não houve novidades, tendo inclusive ligado ao CFP para saber informações. O
185 técnico Jaider fez um histórico sobre os documentos norteadores sobre as Práticas Integrativas
186 e Complementares de 1997 a 2010 foram publicadas as Resoluções CFP nº 10/1997 que
187 estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo,
188 associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no
189 campo da Psicologia e Resolução CFP nº 11/1997 que dispõe sobre a realização de pesquisas
190 com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia; Instrução Normativa CFP nº
191 12/1997; Resolução Conselho Nacional de Saúde 196/96; Resolução CFP nº 16/2000 sobre
192 Pesquisa com seres humanos; Ofício CFP nº 35/2010 Práticas Alternativas / emergentes que
193 sugere a avaliação das práticas pelos Conselhos Regionais e exemplificou com o caso do
194 psicólogo Jovino que utiliza-se da prática da psicologia transpessoal e o assunto foi levado ao
195 Plenário anterior e foi proposto a elaboração de uma carta ao psicólogo, porém não houve o
196 tempo hábil de terminá-la e fizeram uma orientação de que fosse encaminhada carta aos
197 psicólogos que utilizam de práticas semelhantes. O técnico Jaider informou que foi criado pelo
198 CFP o GT de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Práticas
199 Integrativas e Complementares em 2006. O técnico Jaider ressaltou quanto a Prática de Florais
200 de Bach que com uso da massagem e da prescrição de floral o indivíduo não se implica com a
201 prática, ficando sujeito a aplicação da técnica e alertou que se deve pensar primeiramente na
202 ética profissional e sugeriu discutir o assunto no Fórum sobre Medicalização da Saúde. A
203 Conselheira Vice-Presidente Marisa Sanabria informou que o CRP-04 está com um GT sobre
204 as Práticas Integrativas e Complementares e que irá produzir um documento para pautar na
205 APAF de Dezembro/2012. O Conselheiro Marcus Macedo informou que no dia 21/05 segunda-
206 feira às 18:30h será realizado uma palestra sobre o EMDR. Ato Médico: A Conselheira
207 Tesoureira Lourdes Machado informou que o Ato Médico já passou pela Comissão de
208 Educação e o Senador Cássio Cunha Lima fez uma Audiência Pública e o CFP solicitou
209 participar da mesma. A Conselheira informou que o Senador afirmou que não viu nenhuma
210 divergência, que o Ato Médico no texto interferindo nas outras profissões, e ainda que o
211 Presidente do Conselho Federal de Medicina Salomão Rodrigues ponderou que a proposta é
212 necessária porque define as prerrogativas profissionais da categoria, mas não reduz a
213 autonomia de outras profissões. Sobre o cenário do PL do Ato Médico a Conselheira Lourdes
214 colocou que o Conselho de Nutrição não vê problema no texto como está porque o nutricionista
215 não faz diagnóstico nosológico. Já o Conselho de Farmácia a Conselheira explicou que não viu
216 muita mobilização. Para a Conselheira o grande emperramento do Projeto está no diagnóstico
217 nosológico, que do jeito que está no texto o psicólogo não poderá realizar nenhum documento
218 que tenha CID. A outra questão está nos cargos de direção - chefia de serviços - na lei propõe
219 serviços estritamente médicos; outro ponto levantado é a ensino de disciplinas de áreas
220 específicas médicas, que existem disciplinas que profissionais de outras áreas também

221 ministram aulas nos cursos de medicina e por último os encaminhamentos, para conseguir
222 fazer o tratamento deve ser feito a consulta médica antes e depois, o que fere os princípios de
223 Alma Ata. A Conselheira Alcina questionou se o PL poderia sobrepor a lei referente a atuação
224 do psicólogo. A Conselheira Lourdes esclareceu que o objetivo é exatamente não deixar passar
225 esta situação, e ponderou que o psicólogo poderá ser processado pelos médicos quanto atuar
226 com diagnóstico nosológico. O Conselheiro Jacques Akerman colocou que a argumentação da
227 contingência é frágil. A Conselheira Lourdes explicou que acontecerá no dia 30 de maio a
228 manifestação contra o Ato Médico em Brasília e esclareceu que nos Estados a estratégia é
229 lançar ações que gerem mídia. A Conselheira Lourdes informou que no dia 07 de maio haverá
230 uma reunião às 19:30h no CRP-04 para tratar da mobilização em Minas Gerais, onde será
231 proposto a realização de uma blitz em 3 (três) pontos de Belo Horizonte. Para a Manifestação
232 em Brasília está sendo mobilizada a realização de caravanas e marcação de audiência pública
233 com os Senadores mineiros em Brasília. A Conselheira Lourdes esclareceu que esteve na PUC
234 Minas na Semana da Diversidade, juntamente com o PSIND-MG no dia 23 de abril e no dia 27
235 de abril participou de Mesa Redonda sobre o Ato Médico promovido pela Univás em Pouso
236 Alegre que contou com a participação de 100 estudantes, a maioria alunos do curso de
237 Fisioterapia. A Conselheira Vera explicou que houve divulgação no município para que os
238 estudantes de psicologia participassem da Mesa Redonda e ressaltou que foi informado na
239 Jornada da Univás que teve a presença da Conselheira Fátima Boschi. A Conselheira Paula de
240 Paula colocou que as pessoas estão esquecendo os princípios do SUS ao propor este Projeto
241 de Lei. A Conselheira Alcina colocou que fez visitas técnicas nos 2(dois) CAPS - CAPS1 e
242 CAPSAd - do município de Bocaiúva que estavam em situação precária e informou ao gestor
243 que o Ministério da Saúde tem um valor de R\$ 160.000,00 para o município. A Conselheira
244 denunciou que o gestor está dividindo os horários dos profissionais dos CAPS entre os próprios
245 CAPS e uma Comunidade Terapêutica do município e ainda perguntou para a mesma se o
246 recurso poderia ser investido na Comunidade Terapêutica, ratificando o desconhecimento dos
247 princípios do SUS citado pela Conselheira Paula de Paula. A Conselheira Cristiane Barreto
248 colocou que quando se propôs Sim à Saúde e Não ao Ato Médico ela percebe que isto é uma
249 posição bem delimitada e ressaltou que a Medicina fez um Ato onde se discute a relação de
250 poder e levantou que o que está em discussão é a interdisciplinaridade, que na prática não está
251 acontecendo, e que a psicologia avançou e conquistou lugares e o que está sendo visto é a
252 perda destas conquistas. O Conselheiro Jacques Akerman colocou que o texto do que está no
253 material está com uma linguagem muito técnica para ser apresentado para a população e
254 sugeriu a Assessoria de Comunicação auxiliasse na formulação do texto de forma a atingir a
255 população e ajudar nas estratégias de mobilização, principalmente fazendo uso das redes
256 sociais. **Deliberação:** O XIII Plenário deliberou que quando tiver evento nas Subsedes seja
257 encaminhado release a imprensa local. ULAPSI: O Conselheiro Secretário Celso Renato
258 informou que além dele estiveram no evento da ULAPSI a Conselheira Vice-Presidente Marisa
259 Sanabria representando o CRP-04, a Conselheira Renata Miranda representando a ABRAPED
260 e a Conselheira Júnia Lara representando o Centro Universitário Newton Paiva. O Conselheiro
261 Celso Renato informou que da reunião do dia 24/04 ressaltou a fala do psicólogo Marcus
262 Vinícius que em viagem à Portugal percebeu que os países europeus estão valorizando as
263 conquistas de garantias de direito que é vivenciado na América Latina, o que não é visto entre
264 os psicólogos na Europa. Em relação ao Congresso da ULAPSI ficou claro a discussão da
265 identidade latino-americana em todas as mesas. O Conselheiro Celso Renato informou que a
266 sede da ULAPSI será no Brasil e o Estatuto aprovado foi o brasileiro e ainda foi instituída a
267 personalidade jurídica da ULAPSI. Estiveram representantes de 56 entidades sendo 21 delas
268 brasileiras no evento da ULAPSI. O Psicólogo Cubano Manolo será o Secretário Executivo da
269 ULAPSI. O próximo Congresso será na Guatemala. O Conselheiro Celso ficará como
270 colaborador na organização da sede da ULAPSI no Brasil. A Conselheira Vice-Presidente
271 Marisa Sanabria colocou que na mesa de gênero onde foi tratada a violência de gênero na
272 América Latina que é uma epidemia nos países e ressaltou a fala do Prof. Sebastião Rogério
273 Goes Moreira na mesa de Psicologia no século XXI sobre a ética da pesquisa em Psicologia,
274 que levantou que a psicologia trabalha com a pesquisa com criança, mulheres e não é
275 verificado os desdobramentos das intervenções nestas pesquisas e nem a questão ética e

276 sugeriu que o mesmo fosse convidado para participar de uma COF Ampliada. No mesmo
277 Simpósio a professora Irani Tommiato de Oliveira mencionou que é imprescindível termos a
278 inclusão da pesquisa na graduação de psicologia como uma forma de dominar o
279 desconhecimento e como um recurso pedagógico e estratégico. A Conselheira Marisa apontou
280 também que foi discutido em outra mesa sobre a família na América Latina, a noção de família
281 constituída por mulheres sozinhas, sem a presença do companheiro ou parceiro e a as famílias
282 digitais (filhos sem intimidade de laços, transformando a relação das crianças com os adultos,
283 famílias consumidoras) e o papel de protagonismo dos avós na família. A Conselheira ressaltou
284 ainda a fala da Eva Giberti de Buenos Aires relatando a experiência com mulheres vítimas de
285 violação e tráfico e a solicitação no ano de 2006 a pedido do então Presidente Argentino Nestor
286 Kitchner de uma lei e uma intervenção para proteger as mulheres violentadas e seqüestradas
287 para o tráfico e prostituição. Uma equipe de psicólogas se trasladava ao lugar da violência, as
288 chamadas “brigadas de psicólogas” antes mesmo da polícia. A Conselheira sugeriu trazer a
289 psicóloga Eva Giverte para falar sobre o assunto no CRP-04. A Conselheira Marisa ressaltou
290 ainda a Conferência do professor Yamandú Acosta sobre a possibilidade de uma psicologia de
291 emancipação, do entusiasmo, da vivacidade e da graça, questionando a prática do consultório
292 como o lugar onde o psicólogo se abstrai das contradições, ao mesmo tempo se questionando
293 onde estaria a universalidade da psicologia. A Conselheira Paula de Paula perguntou se foi
294 discutido em alguma mesa sobre a Comissão da Verdade. A Conselheira Marisa Sanabria
295 informou que houve a discussão, mas que ela não participou da mesa. O Conselheiro Celso
296 Renato informou que em relação ao tema álcool e outras drogas, o Uruguai tem outra forma de
297 lidar com o tema, uma vez que lá a relação com as drogas é diferente de como é tratado no
298 Brasil e ressaltou a participação de Cuba para que o Brasil fosse aprovada como sede da
299 ULAPSI. ASCOM: O Conselheiro Celso informou que estão sendo contratados estagiários de
300 relações públicas e publicidade e propaganda para investir na infraestrutura da ASCOM e
301 apresentou a proposta feita pelo Assessor de Comunicação Álvaro de se realizar visita às
302 Subsedes, como uma forma de se descentralizar a comunicação e o contato com a imprensa
303 local e que para o Jornal do Psicólogo está sendo contratado o jornalista Marcos como free
304 lancer, ele já fez estágio no CRP-04. O Conselheiro solicitou a todos que lessem as pautas que
305 haviam sido definidas anteriormente e para o Jornal do Psicólogo nº 100 a proposta é que seja
306 reformulada a linha editorial, inclusive a regularidade de edições. O Conselheiro Celso informou
307 que está sendo contratado um Consultor com certificado PMP e foi implantado a fun page do
308 Conselho no facebook. O Conselheiro Celso esclareceu que está sendo contratada uma
309 empresa para atualizar o clipping de informações sobre temas relativos a psicologia e ao CRP-
310 04 na imprensa. **Deliberação**: O XIII Plenário aprovou a ida do Assessor de Comunicação
311 Álvaro às Subsedes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Celso Renato
312 Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais
313 presentes. Belo Horizonte, 04 de Maio de 2012.

